

7

Referências bibliográficas

AGABEN, Giorgio. **Estadio de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Roque de Brito. Globalização do crime. **Boletim IBCCRIM**. São Paulo, v. 8, nº 88, mar. 2000, p. 6.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC: a irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Comando vermelho**. A história do crime organizado. Rio de Janeiro: BestBolso, 2004.

_____. **Assalto ao poder**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação penal especial**. São Paulo: Saraiva, 2010.

ARANTES, Rogério Bastos, **Corrupção e instituições políticas: uma análise conceitual e empírica**. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 7, 2010, Recife.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV. **Falcão, meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

AVRITZER, Leonardo et al.. **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus, 1983.

BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. A confusão proposital do concurso eventual de pessoas: “a formação de quadrilha ou bando”. **Revista Instituto de Ciências Criminais**, Belo Horizonte: ICP, v. 1, p. 165-185, 2006.

BRUNO, Aníbal. **Direito penal, parte geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967, tomo I.

BITTAR, Eduardo C. B. **Doutrinas e filosofias políticas**. São Paulo: Atlas, 2002.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RHC 14.223/RS. Relator: Ministro Félix Fischer. 25 ago. 2003. **Habeas Corpus**, 5ª Turma, p. 328, 2003

_____. RHC 63158/RJ. Relator: Djaci Falcão. 9 nov. 1985. **Habeas Corpus**, 2ª turma, p. 23207, 1985.

_____. HC 70919/RJ. Relator: Sepúlveda Pertence. 14 dez. 1993. **Habeas Corpus**, 1ª Turma, p. 09731, 1993.

_____. HC 81.260-1/ES. Relator: Sepúlveda Pertence. 14 nov. 2001. **Habeas Corpus**, seção 1, p. 49, 2001.

_____. HC 63.716/SP. Relatora: Jane Silva. 28 nov. 2007. **Habeas Corpus**, 5ª Turma STJ, p. 237, 2007.

_____. HC 77.771/SP. Relatora: Laurita Vaz. 30 maio 2008. **Habeas Corpus**, 5ª turma STJ, p. 1.120, 2008.

CALLEGARI, Luís André (Org.) **Controle Social e Criminalidade Organizada. Crime Organizado**: tipicidade – política criminal investigação e processo. Brasil, Espanha e Colômbia. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2008.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 2. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal – legislação penal especial**. São Paulo: Saraiva, 2006, v. 4.

CARVALHO, Ivan Lira de. A atividade policial em face da lei de combate ao crime organizado. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados**, São Paulo, v. 153, p. 81-92, out. 1996.

CERVINI, Raul. Aproximación conceptual y enfoque analítico Del crimen organizado. In: GOMES, Luís Flávio; CERVINI, Raúl. **Crime organizado**: enfoques criminológico, jurídico (lei 9.034/95) e político-criminal. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 240-284.

CHIAVARIO, Mario. Direitos humanos, processo penal e criminalidade organizada. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo v. 5, p. 25-36, jan./mar. 1994.

CITTADINO, G. **Pluralismo, direito e justiça distributiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 26. ed., São Paulo: Saraiva: 2007.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionista do nada**: quem são os traficantes de droga. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DINO, Alessandra; MAIEROVITCH, Wálter Fanganiello. **Novas tendências da criminalidade mafiosa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

DORNELLES, João Ricardo W.. **Conflito e segurança**. Entre pombos e falcões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____. **O que é crime**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

DOTTI, René Ariel. A organização criminosa é uma forma qualificada no concurso de pessoas. **Boletim IBCCRIM**. São Paulo, v. 17, nº 198, maio 2009, p. 6-8.

FERNANDES, Antônio Scarance. O conceito de crime organizado na Lei 9.034. **Boletim IBCCRIM**. São Paulo, v. 31, jul. 1995, p. 3.

FERRO, Ana Luiza Almeida. **Crime organizado e organizações criminosas mundiais**. Curitiba: Juruá, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal: parte especial**. 6. ed., atual. Rio de Janeiro: Forense, 1988, v. II.

FRANCO, Alberto Silva. Globalização e criminalidade dos poderosos. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 31, p. 102-136, jul./set. 2000.

FROSSARD, Denise. Formas de combate ao crime organizado. **Revista da Faculdade de Direitos das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo**, São Paulo, v. 12, p. 265-274, nov. 1995.

GODOY, Luiz Roberto Ungaretti de. **Crime organizado e seu tratamento jurídico penal**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GOMES, José Carlos. Estrutura das organizações criminosas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 22, p. 125-129, abr./jun. 1998.

GOMES, Rodrigo Carneiro. **O crime organizado na convenção de Palermo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

GONÇALVES, André Matsushita; MERIGHI, Gustavo de Castilho. **Organização criminosa no Brasil: tipificação penal**. Campo Grande: UCDB, 2007.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal, volumes I, II, III e IV**. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O crime organizado no sistema italiano. In: PENTEADO, Jaques de Camargo (Coord.). **O crime Organizado Itália e Brasil**. A modernização da lei penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. p. 13-29.

GUIMARÃES, Isaac Sabbá. **Nova lei antidrogas comentada: crimes e regime processual penal**. Curitiba: Juruá, 2006.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. 9.

JESUS, Damásio Evangelista de. A ONU e o crime organizado transnacional. **Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cidadania e Justiça**, Brasília-DF, v. 4, p. 128-132, jan./jun. 1998.

KELSEN, Hans. **A democracia**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal, vol. I**. Niterói-RJ: Impetus, 2011.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Apontamentos sobre o crime organizado e notas sobre a Lei 9.034/95. In: PENTEADO, Jaques de Camargo (Coord.). **O Crime Organizado Itália e Brasil**. A Modernização da Lei Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 167-196.

NAIM, Moisés. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

NEGRINI, Pedro Paulo et al.. **Enjaulados: presídios, prisioneiros, gangues e comandos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

OLIVEIRA, Adriano. **Tráfico de drogas e crime organizado – Peças e mecanismos**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

OLIVEIRA FILHO, Edemundo Dias. **O vácuo do poder e o crime organizado: Brasil, início do século XXI**. Goiânia: AB, 2002.

PACHECO, Denilson Feitoza. **Direito processual penal: teoria, crítica e práxis**. Niterói-RJ: Impetus, 2008.

PEPPE, Atilio M. et al.. **Revisão constitucional e estado democrático**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

PITOMBO, Antônio Sérgio Altieri de Moraes. **Tipificação da organização criminosa**. 2007. Tese de Doutorado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 1.

SALES, Sheila Selim. **Escritos de Direito Penal**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2004.

SAVIANO, Roberto. **Gomorra: a história real de um jornalista infiltrado na violenta máfia italiana**. Tradução de Elaine Niccolai. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

SILVA, Ivan Luiz da. **Crime organizado: aspectos jurídicos e criminológicos – Lei nº. 9.034/95**. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições, 1998.

SILVA, Eduardo Araújo. **Crime Organizado: procedimento probatório**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo et al.. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. **Elite da Tropa 2**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOLER, Sebastian. **Derecho penal argentino**. Buenos Aires: TEA, 1951, v. 4.

SOUZA, Percival de. **Sindicato do crime**. São Paulo: Ediouro, 2006.

SPAGNOLO, Giuseppe. **L'associazione di tipo mafioso**. 5. ed. Padova: Aggiornata; CEDAM, 1997.

SZNICK, Valdir, **Crime Organizado**: comentários. São Paulo: Universitária de Direito Ltda., 1997.

VEJA. São Paulo: Abril, ano 44, nº 23, jun. 2011, p. 120-125.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**. Parte geral. 5. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

ZIMMERMANN, Augusto. **Curso de direito constitucional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

7.1

Referências eletrônicas

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 2858/2000**. 2000. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=18726>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 140/2007**. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340683>>. Acesso em 13 jul. 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 1655/2007**. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=360814>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto Lei do Senado nº 118, de 2002**. 2002. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=07/05/2002&paginaDireta=07399>>. Acesso em: 27 out. 2011.

CORREIO BRAZILIENSE. Tráfico de drogas fatura R\$ 1,4 bilhão por ano no país. 2010. Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/06/06/interna_brasil,196279/index.shtml>. Acesso em: 20 out. 2011.

CRIMES NEWS. **Mapas dos Domínios das Favelas Cariocas**. 2011. Disponível em: <<http://crimesnews.wordpress.com/2011/11/21/mapas-dos-dominios-das-favelas-cariocas/>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

ESTADO DE S. PAULO. **Mensagem escrita em vermelho liga atentado ao PCC**. 2002. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2002/not20020213p15511.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

FOLHA DE S.A PAULO. **Após atentado. Bilhete com sigla PCC é encontrado em secretaria**. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u46323.shtml>>. Acesso em: 25 set. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estados** – Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

MARCÃO, Renato. **Progressão de regime em crimes hediondos ou assemelhados**. 2006. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1508>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

NOBLOGS. **Principais facções criminosas do Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://contrun.noblogs.org/post/2008/04/14/principais-fac-es-criminosas-do-brasil/>>. Acesso em: 03 ago. 2011.

O GLOBO. **Milícias avançam pelo corredor do Pan 2007**. 2006. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2006/12/09/286974988.asp>>. Acesso em: 27 ago. 2011.

O GLOBO. Cesar Maia: **Horário eleitoral gratuito vai provocar mudança nas intenções de voto no rio**. 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2008/mat/2008/08/13/cesar_maia_horario_eleitoral_gratuito_vai_provocar_mudanca_nas_intencoes_de_voto_no_rio-547724243.asp>. Acesso em: 13 set. 2011.

O GLOBO. **Preso vereador acusado de chefiar milícia em Jacarepaguá**. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/preso-vereador-acusado-de-chefiar-milicia-em-jacarepagua-2797605>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

PROCURADOS. **Facção Terceiro Comando**. 2011. Disponível em: <<http://www.procurados.org.br/page.php?id=19>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

REDE BANDEIRANTES DE TELEVISÃO. **Ocupação nos morros cariocas antes e depois da instalação das UPP's**. 2011. Disponível em: <<http://www.band.com.br/noticias/quiz/?id=327>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado. Comissão Parlamentar de Inquérito. **Resolução nº 433/2008**. 2008. Disponível em: <<http://www.marcelofreixo.com.br/site/upload/relatoriofinalportugues.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

SOUZA, Fátima. **Como funciona o PCC – Primeiro Comando da Capital**. 2008. Disponível em <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/pcc2.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

TOMAZELA, José Maria. Oito assassinatos na defesa de “Cesinha”. **Gazeta Digital**. Cuiabá, 14 ago. 2006. Nacional. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/4/materia/118732>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

8 Anexos

ANEXO I ESTATUTO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)

ESTATUTO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL – PCC

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido
2. A Luta pela liberdade, justiça e paz
3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro das prisões
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.
6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham a sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade "bem estruturado" mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte sem perdão
8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.
9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade e o interesse como ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
10. Todo integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acôrdo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
11. O Primeiro Comando da Capital PCC fundado no ano de 1993,
12. numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a "Liberdade, a Justiça e Paz".

13. O partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.
14. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 11 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões.
15. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração " anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozes.
16. Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.
17. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros.

Conhecemos nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido.

LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!

O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV

UNIDOS VENCEREMOS

ANEXO II
CÓDIGO PENAL ARGENTINO

CÓDIGO PENAL DE LA NACIÓN ARGENTINA

Ley 11.179

Texto ordenado 1985 por Decreto 3992/85

(B.O. 16/1/85)

Com las modificaciones posteriores introducidas por las leyes 23.468, 23.487, 23.588, 23.737, 24.064, 24.198, 24.270, 24.286, 24.316, 24.410, 24.441, 24.453, 24.454, 24.527, 24.721 y 24.760

LIBRO SEGUNDO

De los Delitos

TITULO VIII

DELITOS CONTRA EL ORDEN PUBLICO

Capítulo 2

Asociación ilícita

ARTICULO 210. - Será reprimido con prisión o reclusión de tres a diez años, el que tomare parte en una asociación o banda de tres o más personas destinada a cometer delitos por el solo hecho de ser miembro de la asociación. Para los jefes u organizadores de la asociación el mínimo de la pena será de cinco años de prisión o reclusión.

ARTICULO 210 bis. - Se impondrá reclusión o prisión de cinco a veinte años al que tomare parte, cooperare o ayudare a la formación o al mantenimiento de una asociación ilícita destinada a cometer delitos cuando la acción contribuya a poner en peligro la vigencia de la Constitución Nacional, siempre que ella reúna por lo menos dos de las siguientes características:

- a) Estar integrada por diez o más individuos;
- b) Poseer una organización militar o de tipo militar;
- c) Tener estructura celular;
- d) Disponer de armas de guerra o explosivos de gran poder ofensivo;
- e) Operar en más de una de las jurisdicciones políticas del país;
- f) Estar compuesta por uno o más oficiales o suboficiales de las fuerzas armadas o de seguridad;
- g) Tener notorias conexiones con otras organizaciones similares existentes en el país o en el exterior;
- h) Recibir algún apoyo, ayuda o dirección de funcionarios públicos.

**ANEXO III
CÓDIGO PENAL CHILENO**

CÓDIGO PENAL**1875**

Libro II

Crímenes y simples delitos y sus penas

Título VI

*De los crímenes y simples delitos contra el orden y La seguridad públicos
cometidos por particulares***§ 10. De las asociaciones ilícitas**

Art. 292 Toda asociación formada con el objeto de atentar contra el orden social, contra las buenas costumbres, contra las personas o las propiedades, importa un delito que existe por el solo hecho de organizarse.⁶

Art. 293 Si la asociación ha tenido por objeto la perpetración de crímenes, los jefes, los que hubieren ejercido mando en ella y sus provocadores, sufrirán la pena de presidio mayor en cualquiera de sus grados. Cuando la asociación ha tenido por objeto la perpetración de simples delitos, la pena será presidio menor en cualquiera de sus grados para los individuos comprendidos en el acápite anterior.

Art. 294 Cualesquiera otros individuos que hubieren tomado parte en la asociación y los que a sabiendas y voluntariamente le hubieren suministrado medios e instrumentos para cometer los crímenes o simples delitos, alojamiento, escondite o lugar de reunión, serán castigados, en el primer caso previsto por el artículo precedente, con presidio menor en su grado medio, y en el segundo, con presidio menor en su grado mínimo.¹

Art. 294 bis Las penas de los artículos 293 y 294 se impondrán sin perjuicio de las que correspondan, por los crímenes o simples delitos cometidos con motivo u ocasión de tales actividades.²

Art. 295 Quedarán exentos de las penas señaladas en los artículos anteriores aquellos de los culpables que, antes de ejecutarse alguno de los crímenes o simples delitos que constituyen el objeto de la asociación y antes de ser perseguidos, hubieren revelado a la autoridad la existencia de dichas asociaciones, sus planes y propósitos.³ Podrán sin embargo ser puestos bajo la vigilancia de la autoridad.

Art. 295 bis Se aplicarán las penas de prisión en su grado máximo a presidio menor en su grado mínimo al que, habiendo tenido noticias verosímiles de los planes o de las actividades desarrolladas por uno o más miembros de una asociación ilícita, omite ponerlas oportunamente en conocimiento de la autoridad.

Quedará exento de las penas a que se refiere este artículo el cónyuge, los parientes legítimos por consanguinidad o afinidad en toda la línea recta y en la colateral hasta el segundo grado inclusive, y el padre, hijo natural o ilegítimo de alguno de los miembros de la asociación. Esta exención no se aplicará si se hubiere incurrido en la omisión, para facilitar a los integrantes de la asociación el aprovechamiento de los efectos del crimen o simple delito.¹

ANEXO IV
CÓDIGO PENAL CUBANO

CÓDIGO PENAL

Ley nº. 62, de 27 de diciembre de 1987

Modificado por el Decreto Ley 140, de 13.08.1993, y el Decreto Ley 150, de
06.06.1994

CAPÍTULO VII

ASOCIACIÓN PARA DELINQUIR

ARTÍCULO 207. 1. Los que, en número de tres o más personas, se asocien en una banda creada para cometer delitos, por el solo hecho de asociarse, incurrir en sanción de privación de libertad de uno a tres años.

2. Si el único fin de la banda es el de provocar desórdenes o interrumpir fiestas familiares o públicas, espectáculos u otros eventos de la comunidad o cometer otros actos antisociales, la sanción es de privación de libertad de tres meses a un año o multa de cien a trescientas cuotas.

CAPÍTULO VIII

ASOCIACIONES, REUNIONES Y MANIFESTACIONES ILÍCITAS

ARTÍCULO 208. 1. El que pertenezca como asociado o afiliado a una asociación no inscrita en el registro correspondiente, incurre en sanción de privación de libertad de uno a tres meses o multa hasta cien cuotas.

2. Los promotores o directores de una asociación no inscrita incurrir en sanción de privación de libertad de tres meses a un año o multa de cien a trescientas cuotas.

ARTÍCULO 209. 1. El que participe en reuniones o manifestaciones celebradas con infracción de las disposiciones que regulan el ejercicio de estos derechos, incurre en sanción de privación de libertad de uno a tres meses o multa hasta cien cuotas.

2. Los organizadores de reuniones o manifestaciones ilícitas incurrir en sanción de privación de libertad de tres meses a un año o multa de cien a trescientas cuota.

ANEXO V
CÓDIGO PENAL PORTUGUÊS

CÓDIGO PENAL

1982

Dec.-lei 48/95, de 15 de Março

Livro II

Parte Especial

Título IV

Dos crimes contra a vida em sociedade

Capítulo V

Dos crimes contra a ordem e a tranqüilidade públicas

Secção II

Dos crimes contra a paz pública

Artigo 299º

Associação criminosa

- 1- Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de crimes é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.
- 2- Na mesma pena incorre quem fizer parte de tais grupos, organizações ou associações ou quem os apoiar, nomeadamente fornecendo armas, munições, instrumentos de crime, guarda ou locais para as reuniões, ou qualquer auxílio para que se recrutem novos elementos.
- 3- Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações referidos nos números anteriores é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
- 4- As penas referidas podem ser especialmente atenuadas ou não ter lugar a punição se o agente impedir ou se esforçar seriamente por impedir a continuação dos grupos, organizações ou associações, ou comunicar à autoridade a sua existência de modo a esta poder evitar a prática de crimes.

Artigo 300º

Organizações terroristas

Revogado pela Lei 52/03, de 22 de Agosto

Artigo 301º

Terrorismo

Revogado pela Lei 52/03, de 22 de Agosto

ANEXO VI
CÓDIGO PENAL ESPANHOL

CÓDIGO PENAL

Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre

Libro II

Delitos y sus penas

Título XXI

Delitos contra la Constitución

Capítulo IV

De los delitos relativos al ejercicio de los derechos fundamentales y libertades públicas

Sección 1

De los delitos cometidos con ocasión del ejercicio de los derechos fundamentales y de las libertades públicas garantizados por la Constitución

Artículo 515.– Son punibles las asociaciones ilícitas, teniendo tal consideración:

- 1.º Las que tengan por objeto cometer algún delito o, después de constituidas, promuevan su comisión.
- 2.º Las bandas armadas, organizaciones o grupos terroristas.
- 3.º Las que, aun teniendo por objeto un fin lícito, empleen medios violentos o de alteración o control de la personalidad para su consecución.
- 4.º Las organizaciones de carácter paramilitar.
- 5.º Las que promuevan la discriminación, el odio o la violencia contra personas, grupos o asociaciones por razón de su ideología, religión o creencias, la pertenencia de sus miembros o de alguno de ellos a una etnia, raza o nación, su sexo, orientación sexual, situación familiar, enfermedad o minusvalía, o inciten a ello.

Artículo 516.– En los casos previstos en el número 2.º del artículo anterior, se impondrán las siguientes penas:

- 1.º A los promotores y directores de las bandas armadas y organizaciones terroristas, y a quienes dirijan cualquiera de sus grupos, las de prisión de ocho a

catorce años y de inhabilitación especial para empleo o cargo público por tiempo de ocho a quince años.

2.º A los integrantes de las citadas organizaciones, la de prisión de seis a doce años, e inhabilitación especial para empleo o cargo público por tiempo de seis a catorce años.

Artículo 517.– En los casos previstos en los números 1.º y 3.º al 5.º del artículo 515 se impondrán las siguientes penas:

1.º A los fundadores, directores y presidentes de las asociaciones, las de prisión de dos a cuatro años, multa de doce a veinticuatro meses e inhabilitación especial para empleo o cargo público por tiempo de seis a doce años.

2.º A los miembros activos, las de prisión de uno a tres años y multa de doce a veinticuatro meses.

Artículo 518.– Los que con su cooperación económica o de cualquier otra clase, en todo caso relevante, favorezcan la fundación, organización o actividad de las asociaciones comprendidas en los números 1.º y 3.º al 5.º del artículo 515, incurrirán en las penas de prisión de uno a tres años, multa de doce a veinticuatro meses, e inhabilitación especial para empleo o cargo público por tiempo de uno a cuatro años.

Artículo 519.– La provocación, la conspiración y la proposición para cometer el delito de asociación ilícita se castigarán con la pena inferior en uno o dos grados a la que corresponda, respectivamente, a los hechos previstos en los artículos anteriores.

Artículo 520.– Los Jueces o Tribunales, en los supuestos previstos en el artículo 515, acordarán la disolución de la asociación ilícita y, en su caso, cualquier otra de las consecuencias accesorias del artículo 129 de este Código.

Artículo 521. En el delito de asociación ilícita, si el reo fuera autoridad, agente de ésta o funcionario público, se le impondrá, además de las penas señaladas, la de inhabilitación absoluta de diez a quince años.

**ANEXO VII
CÓDIGO PENAL ALEMÃO**

STRAFGESETZBUCH
StGB
BESONDERER TEIL
SIEBENTER ABSCHNITT
Straftaten gegen die öffentliche Ordnung

§ 127.

Die Bildung von bewaffneten Gruppen. Wer rechtswidrig Formen oder Befehle einer Gruppe von Waffen oder andere gefährliche Instrumente oder einer Gruppe beitreten, erhalten Sie mit Waffen oder Geld oder sonst unterstützt, wird mit Freiheitsstrafe bis zu zwei Jahren oder bestraft in Ordnung.

§ 128. (Weggefallen)

§ 129. Forming kriminellen Organisationen.

(1) Wer hat eine Organisation Ziele und Aktivitäten, von denen die Begehung von Straftaten gerichtet sind oder wer an einer solchen Organisation als Mitglied ist rekrutieren Mitglieder oder Unterstützer für sie oder unterstützen, mit Gefängnis bestraft nicht mehr als fünf Jahren oder Geldstrafe.

(2) Absatz

(1) Dies gilt nicht,

1. se der Organisation ist eine politische Partei, die das Bundesverfassungsgericht nicht für verfassungswidrig erklärten;

2. wenn die Begehung von Straftaten ist nur von untergeordneter Bedeutung, um die Ziele, Aktivitäten oder

3. Soweit die Ziele und Aktivitäten der Organisation in Bezug auf Tatsachen in den Absätzen 84-87.

(3) Der Versuch, eine Organisation, wie in Abs. (1) oben Form sind strafbar.

(4) Handelt der Täter ist einer der Führer oder hintermen oder das Gehäuse ist ansonsten vor allem die Schwere der Strafe ist Freiheitsstrafe von sechs Monaten bis fünf Jahren, so ist die Strafe Freiheitsstrafe von sechs Monaten bis zehn Jahren, wenn das Ziel oder Tätigkeit der kriminellen Vereinigung ist es, eine Straftat nach § 100c (2) Nr. 1 (a), (c), (d) (e) gerichtet und (g), mit Ausnahme von Straftaten nach § 239. oder § 239b (h) (m) Die Absätze 2 bis 5 und 7 der Strafprozessordnung.

(5) Das Gericht kann eine Entladung nach den Absätzen (1) Ordnung und (3) oben im Fall von Komplizen, deren Schuld ist in der Natur mild oder deren Beitrag ist von untergeordneter Bedeutung.

(6) Das Gericht kann nach seinem Ermessen mildern die Strafe (Art. 49 (2)) oder um eine Entladung im Rahmen dieser Bestimmungen, wenn der Täter

1. freiwillig und ernsthaft bemüht, um den Fortbestand des Unternehmens oder einer Straftat nach, um ihre Ziele zu verhindern, oder

2. freiwillig offenbaren ihr Wissen an einen Regierungsbeamten in der Zeit, so dass die Planung von Verbrechen, die er ist sich bewusst vermieden werden können;

wenn der Autor nicht verhindern kann, die den Fortbestand des Unternehmens oder, falls dies ohne ihre Anstrengungen erreicht wird, sollte es nicht strafbar.

§ 129

Bildung terroristischer Organisationen

(1) Wer hat eine Organisation, deren Ziele oder Aktivitäten sind an die Kommission gerichtet

1. Mord unter bestimmten erschwerenden Umständen (Art. 211), Mord (Art. 212) oder Völkermord (§ 6 des Code of International Criminal Law) oder ein Verbrechen gegen die Menschlichkeit (Art. 7 der Code of International Criminal Law) oder ein Verbrechen Krieg-Abschnitt (8, § 9, Kapitel 10, § 11 oder § 12 der Strafprozessordnung of International), oder

2. Straftaten gegen die persönliche Freiheit unter die 239. Sektion oder Abschnitt 239b,

3. (Weggefallen)

oder wer beteiligt sich als Mitglied einer Gruppe ist mit Freiheitsstrafe von 1 bis 10 Jahren bestraft.

(2) Die gleiche Strafe wird durch jede Person, eine Organisation, deren Ziele oder Aktivitäten sind darauf ausgerichtet, macht aus

1. schwere körperliche oder seelische Verletzung einer anderen Person, insbesondere nach § 226,

2. Begehung von Straftaten nach § 303B, § 305, Abschnitt 305A oder Straftaten gefährden die breite Öffentlichkeit in § § 306 bis 306c oder § 307 (a) (3), Abschnitt 308 (a) bis (4), Abschnitt 309 (1) bis (5), § 313, § 314 oder § 315 (1), (3) oder (4), § § 316B (1) oder (3) oder § 316c (1) bis (3) oder 317 (1)

3. Begehung von Straftaten gegen die Umwelt nach § 330A (1) bis (3),

4. Verstöße begehen, nach den folgenden Vorschriften des Weapons of War (Control) Act: section 19 (1) bis (3), Abschnitt 20 (1) oder (2), Abschnitt 20 (1) bis

(3) § 19 (2) nicht 2 oder (3) 2 Nein, Abschnitt 20 (1) oder (2), oder § 20a (a) bis (3), jeweils auch in Verbindung mit § 21 oder nach § 22 (1) zu (3) oder

5. Verstöße begehen gemäß § 51 (1) bis (3) des Waffengesetzes; oder jede Person, die als Mitglied einer Gruppe beteiligt, wenn eine der Straftaten in Abs. 1-5 aufgeführten soll ernsthaft die Bevölkerung einschüchtern, um illegal zu zwingen eine Behörde oder eine internationale Organisation mit der Anwendung von Gewalt oder Androhung von Gewalt oder erheblich beeinträchtigen oder zerstören die politischen, verfassungsrechtlichen, wirtschaftlichen oder sozialen Grundstrukturen eines Staates oder einer internationalen Organisation, und dass wegen der Art oder Folgen solcher Verbrechen, ernsthaft beschädigen können ein Staat oder eine internationale Organisation.

(3) Wenn die Ziele und Aktivitäten der Gruppe gerichtet sind, um die Begehung der Straftaten in Absatz (1) aufgezählt oder (2) oben zu bedrohen, so ist die Strafe Freiheitsstrafe von sechs Monaten bis fünf Jahren.

(4) Handelt der Täter ist ein führender hintermen oder ist die Strafe Freiheitsstrafe nicht unter drei Jahren in Fällen der Absätze (1) und (2) oben, 1-10 Jahre Freiheitsstrafe und in den Fällen des Absatzes (3) vor.

(5) Jeder, der eine Gruppe unterstützt, wie in Teilabschnitten beschrieben (1), (2) oder (3) oben ist die Strafe Freiheitsstrafe von sechs Monaten bis 10 Jahre in Fällen der Absätze (1) und (2), und Gefängnis von höchstens fünf Jahren oder eine Geldstrafe, wie von Abs. (3) zur Verfügung gestellt. Wer Mitglieder oder Unterstützer wirbt eine Gruppe im Sinne von Absatz (1) oder Absatz (2) beschrieben wird ist die Strafe Freiheitsstrafe von sechs Monaten bis fünf Jahren.

(6) Im Falle von Komplizen, deren Schuld gering und deren Beitrag ist gering, kann das Gericht, in Fällen der Absätze (1), (2), (3) und (5) vor, mildern die Strafe nach eigenem Ermessen (§ 49 (2)).

(7) § 129 (6) gelten sinngemäß.

(8) Neben einer Freiheitsstrafe nicht weniger als sechs Monaten, kann das Gericht den Verlust der Fähigkeit, öffentliche Ämter zu bekleiden, zu wählen und in öffentlichen Wahlen gewählt werden (§ 45 (2) und (5)).

(9) Wo Unterabschnitte (1), (2) und (4) oben, das Gericht eine Überwachungsanordnung (§ 68 (1)) machen kann.

§ 129b

Kriminelle und terroristische Vereinigungen im Ausland, erweitert die Einziehung und die Aberkennung

(1) § 129 gilt für section129a und Organisationen im Ausland. Wenn die Verletzung bezieht sich auf eine äußere Organisation der Mitgliedsstaaten der Europäischen Union, gilt dies nicht, wenn die Tat durch eine Tätigkeit in der Bundesrepublik Deutschland hat oder begangen wurde der Täter oder das Opfer ist ein deutscher oder ist in Deutschland gefunden. In Fällen, die unter dem Satz über die Verbrechen fallen sollte nur nach Genehmigung durch das Bundesministerium der Justiz verfolgt werden. Die Ermächtigung kann auf einen Einzelfall oder allgemein für die Verfolgung zukünftiger Straftaten im Zusammenhang mit einer bestimmten Organisation gewährt werden. Bei der Entscheidung, ob die Zustimmung zu geben, sollte das Bundesministerium der Justiz zu berücksichtigen, ob die Ziele der Organisation gegen die Grundwerte eines Staates, damit die Würde des Menschen respektiert oder gegen das friedliche Zusammenleben der Völker, die verwerflich scheinen gerichtet sind, wenn unter Abwägung aller die Umstände des Falles.

(2) und § 73d der 74. Abschnitt bezieht sich auf Fälle nach § 129 und § 129, jeweils auch in Verbindung mit Abs. (1) oben.

ANEXO VIII
CÓDIGO PENAL FRANCÊS

CODE PÉNAL

1994

LIVRE IV

Des crimes et délits contre la nation, l'État et la paix publique

TITRE V

De la participation à une association de malfaiteurs

Article 450-1

Conspiracy est un groupement formé ou toute entente conclue pour la préparation, caractérisée par une ou plusieurs matières, un ou plusieurs crimes ou un ou plusieurs délits punis d'au moins cinq ans de prison.

Lorsque les infractions préparées sont des crimes ou délits punis par préparées dix ans de prison, la participation à une association de malfaiteurs est punie de dix ans d'emprisonnement et une amende de 1.000.000 francs.

Lorsque des violations sont des délits passibles préparé au moins cinq ans de prison, la participation à une association de malfaiteurs est punie de dix ans d'emprisonnement et une amende de 500.000 francs.

Article 450-2

Quiconque a participé à la piscine ou d'un arrangement tel que défini dans l'article 450-1 sont exonérés de peine si, avant toute procédure, a révélé le groupe ou, selon les autorités et a mené à l'identification des autres participants.

Article 450-2-1

(Inséré par Loi n ° 2001-420 du 15 mai 2001 art. 46 Journal Officiel du 16 mai 2001)

N'étant pas en mesure de justifier les ressources pour leur subsistance, tout en maintenant un contact régulier avec une ou plusieurs personnes engagées dans des activités conformément à l'article 450-1 est puni de cinq ans d'emprisonnement et une amende de 500 000 de francs.

Article 450-3

Les personnes reconnues coupables de l'infraction prévue à l'article 450-1 encourent également les peines complémentaires suivantes:

- 1 L'interdiction de l'exercice des droits civils, le droit civil et familial, tel que prévu à l'article 131-26;
- 2 L'interdiction, prévue à l'article 131-27, d'exercer une fonction publique ou une activité professionnelle ou sociale dans l'exercice ou au cours de laquelle l'infraction a été commise;
- 3 L'interdiction d'aller à certains endroits, comme prévu à l'article 131-31. Peuvent également être prises contre ces personnes d'autres peines applicables aux crimes et délits que le groupe ou un accord censé préparé.

Article 450-4

(Inséré par Loi n ° 98-468 du 17 Juin 1998 art. 22 Journal Officiel du 18 Juin 1998)

Les personnes morales peuvent être tenues pénalement responsables de l'infraction définie à l'article 450-1 tel que prévu à l'article 121-2, les peines applicables aux personnes morales sont:

- 1 L'amende, conformément aux dispositions de l'article 131-38;
- 2 Les peines mentionnées à l'article 131-39.

L'interdiction visée au paragraphe 2 de l'article 131-39 sont applicables à l'activité dans l'exercice ou au cours de laquelle l'infraction a été commise.

ANEXO IX
CÓDIGO PENAL ITALIANO

CODICE PENALE

Regio decreto 19 ottobre 1930, n. 1398

LIBRO SECONDO

Dei delitti in particolare

TITOLO V

Dei delitti contro l'ordine pubblico

Art. 416- Associazione per delinquere - Quando tre o più persone si associano allo scopo di commettere più delitti, coloro che promuovono o costituiscono od organizzano l'associazione sono puniti, per ciò solo, con la reclusione da tre a sette anni.

Per il solo fatto di partecipare all'associazione, la pena è della reclusione da uno a cinque anni.

I capi soggiacciono alla stessa pena stabilita per i promotori.

Se gli associati scendono in armi le campagne o le pubbliche vie si applica la reclusione da cinque a quindici anni.

La pena è aumentata se il numero degli associati è di dieci o più.

Se l'associazione è diretta a commettere taluno dei delitti di cui agli articoli 600,601, e 602, si applica la reclusione da cinque a quindici anni nei casi previsti dal primo comma e da quattro a nove anni nei casi previsti dal secondo comma.

Art. 416 bis - Associazione di tipo mafioso - Chiunque fa parte di un'associazione di tipo mafioso formata da tre o più persone, è punito con la reclusione da tre a sei anni.

Coloro che promuovono, dirigono o organizzano l'associazione sono puniti, per ciò solo, con la reclusione da quattro a nove anni.

L'associazione è di tipo mafioso quando coloro che ne fanno parte si avvalgono della forza di intimidazione del vincolo associativo e della condizione di assoggettamento e di omertà che ne deriva per commettere delitti, per acquisire in modo diretto o indiretto la gestione o comunque il controllo di attività economiche, di concessioni, di autorizzazioni, appalti e servizi pubblici o per realizzare profitti o vantaggi ingiusti per sé o per altri ovvero al fine di impedire od ostacolare il libero esercizio del voto o di procurare voti a sé o ad altri in occasione di consultazioni elettorali.

Se l'associazione è armata si applica la pena della reclusione da quattro a dieci anni nei casi previsti dal primo comma e da cinque a quindici anni nei casi previsti dal secondo comma.

L'associazione si considera armata quando i partecipanti hanno la disponibilità, per il conseguimento della finalità dell'associazione, di armi o materie esplosive, anche se occultate o tenute in luogo di deposito.

Se le attività economiche di cui gli associati intendono assumere o mantenere il controllo sono finanziate in tutto o in parte con il prezzo, il prodotto, o il profitto di delitti, le pene stabilite nei commi precedenti sono aumentate da un terzo alla metà.

Nei confronti del condannato è sempre obbligatoria la confisca delle cose che servirono o furono destinate a commettere il reato e delle cose che ne sono il prezzo, il prodotto, il profitto o che ne costituiscono l'impiego.

Le disposizioni del presente articolo si applicano anche alla camorra e alle altre associazioni, comunque localmente denominate, che valendosi della forza intimidatrice del vincolo associativo perseguono scopi corrispondenti a quelli delle associazioni di tipo mafioso .

Art. 416 ter - Scambio elettorale politico-mafioso - La pena stabilita dal primo comma dell'articolo 416 bis si applica anche a chi ottiene la promessa di voti prevista dal terzo comma del medesimo articolo 416 bis in cambio della erogazione di denaro.

Art. 417 - Misura di sicurezza - Nel caso di condanna per i delitti preveduti dai due articoli precedenti è sempre ordinata una misura di sicurezza.

Art. 418 - Assistenza agli associati - Chiunque, fuori dei casi di concorso nel reato o di favoreggiamento, dà rifugio o fornisce il vitto a taluna delle persone che partecipano all'associazione è punito con la reclusione fino a due anni.

La pena è aumentata se il rifugio o il vitto sono prestati continuamente.

Non è punibile chi commette il fatto in favore di un prossimo congiunto.

Art. 419 - Devastazione e saccheggio - Chiunque, fuori dei casi preveduti dall'articolo 285, commette fatti di devastazione o di saccheggio è punito con la reclusione da otto a quindici anni.

La pena è aumentata se il fatto è commesso su armi, munizioni o viveri esistenti in luogo di vendita o di deposito.

Art. 420 - Attentato a impianti di pubblica utilità - Chiunque commette un fatto diretto a danneggiare o distruggere impianti di pubblica utilità, è punito, salvo che il fatto costituisca più grave reato, con la reclusione da uno a quattro anni.

Art. 421 - Pubblica intimidazione - Chiunque minaccia di commettere delitti contro la pubblica incolumità, ovvero fatti di devastazione o di saccheggio, in modo da incutere pubblico timore, è punito con la reclusione fino a un anno.

ANEXO X
CÓDIGO CRIMINAL FEDERAL AMERICANO

UNITED STATES CODE
TITLE 18
Crimes and Criminal Procedure
PART I
Crimes
CHAPTER 19
Conspiracy

Sec.

371. Conspiracy to commit offense or to defraud United States.

372. Conspiracy to impede or injure officer.

373. Solicitation to commit a crime of violence.

§ 371. Conspiracy to commit offense or to defraud United States

If two or more persons conspire either to commit any offense against the United States, or to defraud the United States, or any agency thereof in any manner or for any purpose, and one or more of such persons do any act to effect the object of the conspiracy, each shall be fined under this title or imprisoned not more than five years, or both.

If, however, the offense, the commission of which is the object of the conspiracy, is a misdemeanor only, the punishment for such conspiracy shall not exceed the maximum punishment provided for such misdemeanor.

§372. Conspiracy to impede or injure officer.

If two or more persons in any State, Territory, Possession, or District conspire to prevent, by force, intimidation, or threat, any person from accepting or holding any office, trust, or place of confidence under the United States, or from discharging any duties thereof, or to induce by like means any officer of the United States to leave the place, where his duties as an officer are required to be performed, or to injure him in his person or property on account of his lawful discharge of the duties of his office, or while engaged in the lawful discharge thereof, or to injure his property so as to molest, interrupt, hinder, or impede him in the discharge of his official duties, each of such persons shall be fined under this title or imprisoned not more than six years, or both.

§373. Solicitation to commit a crime of violence.

(a) Whoever, with intent that another person engage in conduct constituting a felony that has as an element the use, attempted use, or threatened use of physical force against property or against the person of another in violation of the

laws of the United States, and under circumstances strongly corroborative of that intent, solicits, commands, induces, or otherwise endeavors to persuade such other person to engage in such conduct, shall be imprisoned not more than one-half the maximum term of imprisonment or (notwithstanding section 3571) fined not more than one-half of the maximum fine prescribed for the punishment of the crime solicited, or both; or if the crime solicited is punishable by life imprisonment or death, shall be imprisoned for not more than twenty years.

(b) It is an affirmative defense to a prosecution under this section that, under circumstances manifesting a voluntary and complete renunciation of his criminal intent, the defendant prevented the commission of the crime solicited. A renunciation is not "voluntary and complete" if it is motivated in whole or in part by a decision to postpone the commission of the crime until another time or to substitute another victim or another but similar objective. If the defendant raises the affirmative defense at trial, the defendant has the burden of proving the defense by a preponderance of the evidence.

(c) It is not a defense to a prosecution under this section that the person solicited could not be convicted of the crime because he lacked the state of mind required for its commission, because he was incompetent or irresponsible, or because he is immune from prosecution or is not subject to prosecution.